

A TRADIÇÃO DAS ALMANJARRAS: Um estudo da cultura material no norte de Minas Gerais nos currais rumo aos sertões da Bahia

LUANA CARLA MARTINS CAMPOS*
MARTHA MARIA DE CASTRO E SILVA**

Apresentando a região e o contexto da pesquisa arqueológica

Baseado em alguns resultados prévios obtidos a partir das pesquisas destinadas ao *Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da Barragem do Peão, São João do Paraíso/MG*, desenvolvido no Setor de Arqueologia do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), esta pesquisa pretende analisar uma questão específica que envolve o processo de permanência das moendas de madeira das estruturas de engenho encontradas no município de São João do Paraíso. Examinar-se-á a problemática em torno das permanências e/ou modificações do tradicional e histórico processo de beneficiamento da cana

de açúcar em um panorama contemporâneo que se associa a aspectos socioeconômicos e culturais diversos e imbricados ao norte das Gerais, tais como as dinâmicas imigratórias, o grande volume de trabalho e tempo despendidos no processo produtivo; a aquisição de produtos industrializados em detrimento dos artesanais, dentre outros fatores.

O *Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica* tratou-se de uma pesquisa arqueológica preventiva no âmbito de licenciamento ambiental, cujos objetivos relacionaram-se à identificação e registro dos remanescentes arqueológicos potencialmente existentes no local de construção da Barragem do Peão, obra que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Este empreendimento localiza-se no município de São João do Paraíso em Minas Gerais – distante cerca de 785km de Belo Horizonte – e encontra-se implantado na margem esquerda do Rio Pardo, macrorregião do Norte de Minas e microrregião de Salinas.

A edificação da Barragem do Peão decorre da necessidade do represamento de água por meio da construção de um açude de acumulação que servirá ao abastecimento de cerca de 35 mil pessoas residentes nos distritos sede e comunidades ribeirinhas dos municípios de São João do Paraíso e Ninheiras, ambos pertencentes ao Estado de Minas Gerais. A partir da perenização da vazão do Rio São João em um reservatório de 337 hectares de área com capacidade de acumulação estimada em 35 milhões de metros cúbicos de água, pretende-se também desenvolver projetos voltados à agricultura irrigada, piscicultura em tanque-rede e atividades de lazer.

Sublinha-se que os levantamentos prospectivos tiveram como objetivo a identificação das ocorrências e sítios arqueológicos históricos e pré-históricos na área diretamente afetada (ADA), bem como na área de entorno do empreendimento (AE), tendo em vista a compreensão do contexto da implantação dos vestígios arqueológicos. A conclusão desta fase dos trabalhos permitiu caracterizar sucintamente e avançar na definição da dimensão e frequência dos sítios encontrados, de modo a, em uma próxima etapa, ser realizado o resgate das áreas com potencial arqueológico.

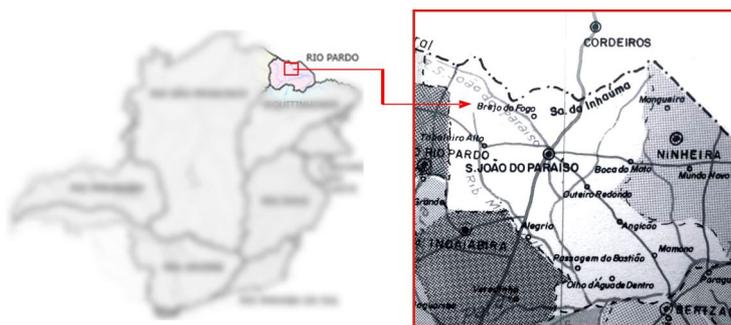


Figura 01: Destaque para a Bacia do Rio Pardo em Minas Gerais e para a área do município de São João do Paraíso.

Construindo a trama: história da ocupação e das formas de se viver no norte de Minas Gerais

Dentre inúmeras questões suscitadas a partir dos primeiros resultados obtidos do *Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica*, evidenciou-se a proeminência da permanência das moendas de madeira das estruturas de engenho encontradas no município de São João do Paraíso. Tal registro deu-se, em grande medida, a partir de pesquisas de mesma natureza anteriormente realizadas no curso médio do Rio Jequitinhonha em Minas Gerais. Sublinha-se que diferentemente daquela pesquisa, este artigo não abordará a técnica de confecção dos engenhos ou da descrição do processo produtivo da rapadura e da aguardente, pois deseja-se contemplar aspectos mais amplos da cultura regional do extremo norte das Gerais.

Cabe, pois, indagar sobre os motivos da conservação ou das modificações do tradicional e histórico processo de beneficiamento da cana de açúcar nesta região, cuja problematização leva-nos a apreciação de inúmeras questões. Dentre elas, ressalta-se a análise do contexto histórico de ocupação de Minas Gerais em seus limites com o Estado da Bahia, bem como o exame da atual dinâmica socioeconômica e ambiental da localidade objeto de estudo. Pretende-se estabelecer um diálogo entre o passado e o presente, cuja análise se faz relevante não somente por caracterizar as ocupações históricas locais e a inserção do município de São João do Paraíso

na história regional, como também por qualificar o patrimônio arqueológico existente na área estudada que é evidenciada na cultura material local.

Importa-se, portanto, estabelecer conexões com o panorama contemporâneo que se filia a aspectos socioeconômicos e culturais diversos, mas imbricados às regiões dos rios Jequitinhonha, São Francisco e Pardo, cujas questões associam-se às dinâmicas imigratórias, o grande volume de trabalho e tempo despendidos no processo produtivo; a aquisição de produtos industrializados em detrimento dos artesanais, dentre outros fatores. Assim, metodologicamente, parte-se do estudo e análise da história da macro-região das bacias hidrográficas citadas para se atingir as micro-histórias que os sítios arqueológicos e sua área de entorno constituem.

Deve-se sublinhar, ainda, sobre a importância dada neste texto à análise da cultura material – bens de natureza móvel, imóvel, além da cultura imaterial associada – que devem ser entendidos no seu contexto de uso contemporâneo e na categoria de vestígios arqueológicos. Não menos importante é a compreensão, de forma geral, das mudanças e permanências da maneira de viver da população da região objeto de estudo, a exemplo dos modos do saber-fazer que permitem entender o panorama cultural local tendo profundo diálogo com os limites de Minas Gerais e Bahia.

Assim, pelo compartilhamento de características naturais, sócio-econômicas e históricas muito semelhantes, faz-se necessário associar a ocupação da localidade de São João do Paraíso não somente à bacia do Rio Pardo ao qual pertence, mas também à macrorregião do Vale do Rio Jequitinhonha e São Francisco, além da região sertaneja da Bahia. Aqueles territórios compreendidos no norte e nordeste da Capitania das Gerais, já nos primórdios da colonização portuguesa eram chamados de *currais rumo aos sertões da Bahia* por corresponderem a vastidões de terras dedicadas à criação de gado cujos limites e fronteiras, ainda pouco definidos, causaram muitos litígios entre baianos e mineiros.

Faz-se conveniente o esclarecimento de que as regiões norte e nordeste do atual território de Minas Gerais já possuíam alguma ligação com os núcleos criados em Porto Seguro e, mais tarde, em Salvador, desde

meados do século XVI. Segundo informou Augusto de Lima Júnior, sabe-se que *varando os chapadões, penetrou Spinozza na região dos rios Jequitinhonha e Pardo, até a Serra das Almas, Grão Mogol ou Itacambira*. A expedição organizada a partir dos pedidos do Governador Geral Tomé de Souza, mas somente efetivada na administração de Duarte da Costa, foi liderada pelo castelhano Francisco Bruzza de Spinozza no ano de 1553.¹

As notícias desta caravana foram divulgadas através da carta escrita pelo Padre João de Azpilcueta Navarro no ano de 1555, que contou sobre a chegada ao Rio Grande (Rio Jequitinhonha) e no prolongamento até uma serra onde atingiram as nascentes do Rio das Urinas (Rio Pardo). Todavia, devido às limitações impostas pela mata muito fechada e a presença de rios caudalosos, a caravana do jesuíta não obteve êxito e foi abortada, apesar de ter servido como um incentivo para a promoção de novas expedições.

No ano de 1573, Sebastião Fernandes Tourinho organizou duas viagens que partiram de Porto Seguro rumo ao sul dos territórios da Bahia. O grupo enveredou-se pelos Rios Doce, Gandu e Jequitinhonha sem, contudo, conseguir identificar áreas ricas em jazidas minerais, apesar de ter sido a partir de tal expedição que se criou o mito do eldorado das esmeraldas. Afora estas caravanas lideradas por Francisco Bruzza de Spinozza e Sebastião Fernandes Tourinho, Antônio Dias Adorno foi também um dos primeiros sertanistas a percorrer as terras hoje pertencentes a Minas Gerais em seus limites com a Bahia em uma expedição que partiu à procura das *Minas de Esmeraldas* em fevereiro de 1574. Todavia, depois destas caravanas, foi somente a partir do ano de 1640, com o término da União Ibérica e restauração do reino de Portugal, que as incursões nos territórios mineiros foram novamente implementadas sob a tutela dos soberanos lusitanos.

Além destas investidas nos sertões do Brasil, a história do desbravamento português no território das Minas Gerais deu-se após sucessivas ações escravizadoras dos bandeirantes paulistas quando da descoberta de ouro já em princípios do século XVIII, oportunidade que esse mineral atraiu toda sorte de aventureiros, degredados e paulistas que

penetraram nos sertões das Gerais, terras pertencentes à Capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A partir de então, a exploração de cana de açúcar no litoral nordestino, cuja prática mercantilista já havia se iniciado em meados do século XV, deixou de ser a base de sustentabilidade da economia colonial implantada por Portugal nas terras além-mar.

Ressalta-se que já em fins do século XVII, os primeiros povoadores que se fixaram no norte de Minas também desenvolveram a agricultura e o beneficiamento da cana de açúcar – um reflexo incontestável das atividades econômicas realizadas no litoral nordestino – que, em grande medida, era facilitada pelas condições climáticas apropriadas e similares ao nordeste. No entanto, como ressaltou Marcelo Godoy, para o entendimento *da evolução das atividades agroaçucareiras do Brasil no transcurso de quase cinco séculos de história*, importa-se distinguir que na medida em que a economia canavieira nordestina foi *modelar do paradigma agroexportador*, a economia canavieira mineira foi *exemplar do paradigma mercados internos*, ou seja, a

particular evolução histórica de Minas Gerais determinou contornos específicos aos desenvolvimentos das atividades agroaçucareiras e mercantis. A economia mineradora ensejou a formação de amplo mercado consumidor no interior do Brasil para produtos da agropecuária e impulsionou sobremaneira o comércio colonial. Desde os primórdios da ocupação de Minas estavam delineadas características que distinguiriam as atividades orientadas para o abastecimento dos novos mercados.²

As paragens a norte e nordeste da sede da Colônia, estabelecidas entre os vales do Alto-Médio São Francisco e do Médio-Baixo Jequitinhonha, além da bacia do Rio Pardo, permaneceram até a primeira metade do oitocentos baixamente povoadas e pouco exploradas pelos colonos, o que se explica, em grande medida, pela ausência de jazidas de ouro de aluvião cuja exploração foi privilegiada no primeiro momento do Ciclo do Ouro. Desenvolveram-se, no entanto, grandes fazendas fundamentalmente dedicadas à criação de gado de corte aproveitando as amplas chapadas.

Ademais, tais territórios se encontravam muito distantes do centro minerador e irradiador do desenvolvimento socioeconômico da Capitania.

Era uma região vasta e longínqua, de limites ainda bastantes indefinidos, o que explica o fato de que até o ano de 1760, toda esta extensão de terras que confrontavam a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Fanado das Minas Novas (Minas Novas) com os Rios Verde Grande e Pequeno, Serra das Almas (Serra Geral), Morro do Condeúba e Vale Fundo, estava sujeita à Comarca de Jacobina da Bahia, quando então passou a fazer parte da circunscrição da Comarca do Serro Frio das Minas Gerais.

Sublinha-se que a agricultura, a pecuária, o comércio, o artesanato e a construção civil foram atividades fundamentais tanto para o desenvolvimento da mineração quanto para a fixação dos colonos no território das Minas Gerais. As grandes fazendas foram um elemento integrante na dinâmica social colonial, uma vez que sendo exploradas com força de trabalho escravo, elas criavam a possibilidade de acesso ao ouro sem o investimento e os riscos da atividade minerária, quando esta fosse potencialmente viável. Assim, a constituição de unidades voltadas à produção alimentar não impedia que muitas lavras se desenvolvessem integradas às fazendas que produziam os gêneros necessários para o provimento das minas. Fazendas de grande e médio porte ou unidades produtivas menores produziam em seus pastos e lavouras o que era o essencial tanto para o consumo interno quanto para os núcleos urbanos que começavam a se esboçar.

Faz-se necessário esclarecer que a Capitania de Minas conheceu duas grandes propriedades fundiárias segundo o padrão senhorial europeu: o Vínculo do Jaguará instituído em 1787, e o Morgado de Antônio Guedes de Brito fundado ainda no século XVII, que foi, mais tarde, incorporado ao patrimônio da Casa da Ponte. De acordo com o memorialista Antonino Neves, as terras de 160 léguas compreendidas entre os sertões mineiros do Rio Pardo, e baianos de Caitité e Urubu, ou seja, entre os atuais municípios de Rio Pardo de Minas (MG), Condeúba (BA) e Vitória da Conquista (BA), pertenceram aos domínios da *casa do Conde da Ponte que, para povoá-las, assim parece, mandava escravos seus e colonos lusitanos a estabelecer*

*fazendas de lavoira e de criação em logares apropriados, por ventura acompanhados de padres encarregados da catequese do gentio.*³

O pesquisador Ângelo Carrara informou também que até princípios do século XVIII, tais *fidalgos* recebiam renda anual dos terrenos dos *povoadores do solo riopardense* que era inferior a 4% do valor das benfeitorias neles constantes. Tal taxa vigorou até o ano de 1819, quando o administrador e Procurador Geral dos bens da Casa da Ponte recomendou que esta não fosse menor que 5% contabilizados a partir dos novos arrendamentos feitos. Todavia, com a Independência do Brasil ocorrida em 1822, foi suspenso o protocolo sesmarial da Casa da Ponte e foi imposta a necessidade de oficialização da posse das terras, o que fez com que os arrendatários se tornassem proprietários daquelas *terras de geraes, carrascos, capões e taboleiros com matas nativas.*⁴

Observa-se, portanto, que apesar da descoberta das jazidas minerais ter sido o principal fator para o adensamento populacional do centro-oeste e centro-sul das Minas Gerais, as regiões norte e nordeste da Capitania tiveram seu desenvolvimento pautado na criação de gado, o que explica a designação destas paragens de *currais rumo aos sertões da Bahia*. Com este inicial processo de fragmentação territorial, a dimensão dos latifúndios tendeu a diminuir o que se refletiu na grandeza de suas benfeitorias, a exemplo das almanjarras, estruturas de engenho constituídas de moendas de madeira movimentadas por animais.

Constata-se, portanto, que a dimensão dos equipamentos de cada unidade produtiva remete ao seu volume de produção. Com relação à área estudada – a bacia do Rio Pardo –, os vestígios da área prospectada apontam para um padrão bastante estreito. Significa dizer que não há, na região estudada, uma variação expressiva no tocante às dimensões dos equipamentos que são predominantemente do tipo almanjarra. Além disso, não se observa a modernização do mecanismo de moagem da cana através da substituição das moendas de madeira por um conjunto de ferro fundido de origem urbano-industrial. Assim, todo o equipamento ainda hoje permanece da mesma forma que nos engenhos coloniais do século XVII, o que ilustra a

permanência de padrões estruturais do processo produtivo por um período de pelo menos quatro séculos.



Figura 02: Um exemplar de almanjarra com moendas de madeira constante no povoado de Vereda d'Água em São João do Paraíso/MG.

A cultura da cana e sua transformação em produtos como rapadura, açúcar mascavo e aguardente foram atividades que também estiveram associadas à dinâmica econômica das propriedades rurais que privilegiaram a pecuária de corte. Associada à sustentabilidade dos mercados internos, produzia-se também milho, feijão, algodão, pequi e mamona, de modo que a realidade destas unidades produtivas foi marcada por uma diversificação limitada às características geológicas da região sertaneja.

Deste modo, os recursos hídricos restritos foram imperativos para a definição do tipo de engenhos empregados: aqueles que utilizam a água como força motriz são chamados de rodas d'água ou rosários, enquanto os que empregam tração animal são conhecidos por almanjarras. O memorialista Antonino Neves informou que apesar de ter pequena largura e pouca profundidade, o Rio São João, principal curso d'água da bacia do Rio Pardo, propiciava o desenvolvimento de *importantes lavoiras de canna de assucar, resistindo providencialmente às mais fortes estiagens*.

Devido à existência de cursos d'água um pouco mais perenes na região, o distrito de São João da Raposa, que futuramente se tornou em

município de São João do Paraíso, serviu de refúgio para as populações de retirantes das secas que assolaram o sertão baiano nos anos de 1890 e 1899. Assim, de modo geral, os cursos d'água da região eram ineficazes no tocante a sua utilização como força motriz para a movimentação de rosários.

Ainda em se tratando da não modernização do mecanismo de moagem da cana através da substituição das moendas de madeira por um conjunto de ferro, o significado desta dinâmica deve ser apreendida em uma dupla perspectiva: do ponto de vista técnico e do seu significado social. Com relação ao aspecto técnico, esta permanência do mecanismo de madeira significou uma ausência de aperfeiçoamento na qualidade da moagem, que aumentaria a produtividade, ao mesmo tempo em que reduziria os custos na manutenção do equipamento.

No tocante aos aspectos sociais intrínsecos ao processo, observa-se que comparativamente ao Vale do Jequitinhonha, a bacia do Rio Pardo não sofreu com a expansão da agroindústria canavieira, dinâmica que provocou uma drenagem de mão de obra jovem masculina para os latifúndios e grandes usinas no Estado de São Paulo a partir da segunda metade do século XX. O deslocamento desta população se fez sentir nas unidades camponesas do Jequitinhonha, baseadas na mão de obra predominantemente familiar, pela necessidade de substituição das moendas de madeira pelas de ferro para que, então, o trabalho pudesse ser feito apenas por um indivíduo.

Entretanto, em que pese a constatação da permanência das moendas de madeira na região de São João do Paraíso, a análise do desenvolvimento do capitalismo em uma perspectiva ampliada demonstra impactos transformadores que podem ser visualizados em vários aspectos, a exemplo da dinâmica imigratória acima descrita. Deve-se ainda levar em consideração a experiência do hibridismo cultural refletido, por exemplo, na ampliada aquisição de produtos industrializados em detrimento dos artesanais, ou seja, não se mostra mais interessante economicamente a produção de açúcar mascavo ou de rapadura em um momento em que o açúcar branco é de fácil acesso e bem mais barato.

Aspectos da cultura material em São João do Paraíso/MG: resultados das prospecções arqueológicas

À luz das pesquisas históricas e das prospecções arqueológicas efetuadas pela equipe de pesquisadores do MHNJB/UFMG, algumas considerações prévias sobre a interpretação dos vestígios encontrados podem ser feitas mesmo que de forma limitada a atual etapa de diagnóstico e prospecção arqueológica, cujos dados deverão ser complementados e apurados posteriormente por meio da efetivação da etapa de salvamento.

De forma geral, constatou-se no que tange ao contexto sociocultural da região do entorno e das áreas direta e indiretamente impactadas pelo empreendimento de construção da Barragem do Peão, sua inserção histórica e geográfica nos sertões localizados entre as bacias do Rio Jequitinhonha e São Francisco. Tal área foi historicamente denominada de *currais* pelo fato de que há séculos ali se praticavam atividades de criação de gado cuja produção servia tanto para o abastecimento local quanto para o provimento da região mineradora de Minas Gerais e da Bahia. Antes disso, estes eram terrenos habitados por populações indígenas que tão logo se iniciou o processo de colonização, foram prontamente exterminadas, escravizadas e expulsas dali para locais ainda mais interioranos do país o que explica, em grande medida, a ausência de vestígios arqueológicos pré-históricos na área estudada.

A região objeto deste estudo foi marcada durante cerca de três séculos pela concentração fundiária e pelo estabelecimento de uma rede de dependência aos grandes proprietários de terras que eram chamados de *coronéis*, indivíduos que convergiam para si as atividades econômicas e as decisões política daquelas paragens que se localizavam muito distantes dos centros de poder. Neste caso, até mesmo a influência religiosa da Igreja Católica estava submetida, dependente e limitada pela força das redes de poder constituídas pelos *coronéis*.

Afora tais apontamentos, deve ser mencionado o fato de que o município de São João do Paraíso recebeu ao longo do século XIX e XX, inúmeros fluxos migratórios de retirantes fugidos das secas do semi-árido

nordestino, especialmente da Bahia, que eram atraídos pela perenidade característica dos cursos d'água da região. A partir do aumento populacional causado pelo afluxo de imigrantes, do desenvolvimento do comércio, do alvorecer da urbanização, da abolição da escravidão, do fim do Coronelismo e da instauração da cultura política republicana em fins do século XIX e princípios do XX, pode-se afirmar que o panorama da região da bacia do Rio Pardo se modificou por meio da fragmentação política e econômica e da diversificação dos seus atores sociais. E é neste contexto que se identifica o momento de ocupação do território afetado pela construção da Barragem de Peão, quando os agregados dos antigos grandes fazendeiros conquistaram certa autonomia representada pelo direito a propriedade de glebas até então pertencentes aos vastos currais.

Assim, a população de baixa condição social formada por ex-escravos e trabalhadores rurais passou a desenvolver atividades em pequenas unidades produtivas voltadas à agricultura de subsistência baseada na cultura da cana de açúcar, milho, mandioca, feijão, café, arroz, fumo, algodão e urucum. Beneficiava-se a cana de açúcar por meio de engenhocas ou almanjarras – engenhos com moendas de madeira movidos à tração animal – cujo caldo extraído era convertido em parcas rapaduras ou açúcar mascavo destinado ao consumo familiar. Raros eram os alambiques que produziam aguardente, tanto pela provável pouca quantidade de cana de açúcar cultivada nestes terrenos de tamanho limitado e de fertilidade reduzida, quanto pelo alto valor do investimento necessário para a construção de tais benfeitorias.

Com os pilões de madeira, descascavam-se os cereais como o arroz, pilava-se o café, o urucum ou mesmo o pequi, cuja polpa era posteriormente fervida para ser extraído o seu óleo largamente utilizado na culinária local. Ainda hoje, atesta-se a permanência desta forma de produção do óleo de pequi que é uma importante fonte de nutrientes para a alimentação da população local. Todavia, ressalta-se que os pequizeiros eram comumente encontrados nas áreas de uso coletivo localizadas nas chapadas que, hoje em dia, são de propriedade de grandes empresas de plantação de madeira de

reflorestamento, o que gerou impactos negativos na produção e consumo do óleo de pequi.

Já no tocante à mandioca cultivada pelos pequenos proprietários rurais, produzia-se tanto a farinha quanto se extraía sua goma, principal ingrediente empregado para a preparação dos biscoitos de polvilho regionalmente chamados de *chimango* e *chiringa*. A fabricação de farinha era feita nas *casas ou tendas de farinha*, uma área de serviço externa à residência onde havia o maquinário necessário para ralar e prensar a massa da mandioca e, posteriormente, efetuar o seu peneiramento e torra. Todavia, na ausência de tal benfeitoria, a farinha de mandioca também podia ser feita em casa em porções menores, não dedicadas a estocagem ou a venda do excedente produtivo.

Na alimentação sertaneja, os nutrientes animais eram provenientes, por sua vez, da caça que era praticada em antigas regiões coletivas nas chapadas e, principalmente, da pesca feita com o uso do jequi, um cesto oblongo, afunilado e constituído de varas finas e flexíveis. Foi a partir desta técnica de pesca praticada pelos indígenas que o Rio Jequitinhonha adquiriu tal topônimo. Também, estas regiões de chapadas não são mais de acesso coletivo, tampouco na legislação atual é permitida a prática da caça.

No caso do algodão, deve-se esclarecer que este era beneficiado com o intuito de se produzir a linha ou mesmo tecidos para a confecção de bordados e roupas. Com o uso do descaroçador, retiravam-se as sementes presentes nas ramas do algodoeiro, enquanto com os fusos de cerâmica ou madeira e as rodas de fiar se formavam os fios de algodão. Na seqüência, tais linhas poderiam ser utilizadas no tear para formarem grandes mantas, colchas ou tecidos.

Neste íterim, convém discorrer sobre as limitações impostas pelas condições climáticas e geográficas da região que era, em grande medida, desprovida de terras férteis, de tamanho adequado e onde a rotatividade dos campos era uma prática comum para a sobrevivência dos pequenos agricultores. De tal forma, as casas construídas pelos lavradores possuem um caráter predominantemente efêmero atestado tanto pelo discurso dos

indivíduos entrevistados durante a pesquisa quanto pelas características construtivas do imóvel. As residências se tratam de bens em alvenaria de pau a pique ou adobe sem o emprego de qualquer tipo de reboco; com divisão interna pouco complexa e diversificada, uma vez que em apenas um cômodo havia a dispensa, a cozinha e o quarto de dormir de todos os integrantes da família; e desprovidas de tratamento decorativo em quaisquer madeirames que possuem apenas as talhas e recortes para o encaixe das peças dos vãos e do telhado.

Associado a isto, têm-se ainda a evidente limitação material desta população indicada pela prática do reaproveitamento das telhas do tipo capa e bica da cobertura dos imóveis; das peças do madeiramento das construções e das benfeitorias como os engenhos ou prensas de mandiocas; além das cerâmicas confeccionadas pelas matriarcas e destinadas ao uso doméstico. Afora a própria restrição pecuniária dos pequenos proprietários de terra, tem-se o fato de que não existe mais o costume de utilização da matéria-prima constante nos barreiros da região, o que era feito pelas olarias responsáveis pela confecção das telhas e pelas mulheres que produziam potes para a guarda da água. Tal realidade pode ser explicada, dentre outros fatores, pela não transmissão do *savoir-faire* que é passado de geração para geração o que também se observa com outras práticas artesanais como a confecção de cestos de balaio, a renda de bilro, etc.

À guisa de conclusão, cumpre-se ressaltar que este texto, além de evidenciar a articulação entre as permanências e as mudanças a partir dos vestígios da cultura material, com destaque para as almanjarras, pretendeu abordar algumas das possibilidades que a Arqueologia apresenta no sentido de auxiliar na urdidura da complexa trama tecida pela sociedade.

NOTAS

* Mestre em História (UFMG). Contato: luanacmcl@hotmail.com

** Mestre em Arqueologia (UNICAMP). Contato: warthari@gmail.com

¹ LIMA JÚNIOR, Augusto de. *As Primeiras Vilas do Ouro*. Belo Horizonte: Gráfica Santa Maria, 1962, p.14.

² GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócios. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. Tese de Doutorado, Departamento de História da Universidade do Estado de São Paulo (USP), 2004, p.17-18.

³ NEVES, Antonino da Silva. *Chorographia do Município do Rio Pardo, Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1908, p.09.

⁴ Cf. CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais – Séculos XVII-XIX*. Série Estudos 1. Mariana: UFOP; Departamento de História; Núcleo de História Econômica e Demográfica, 1999.